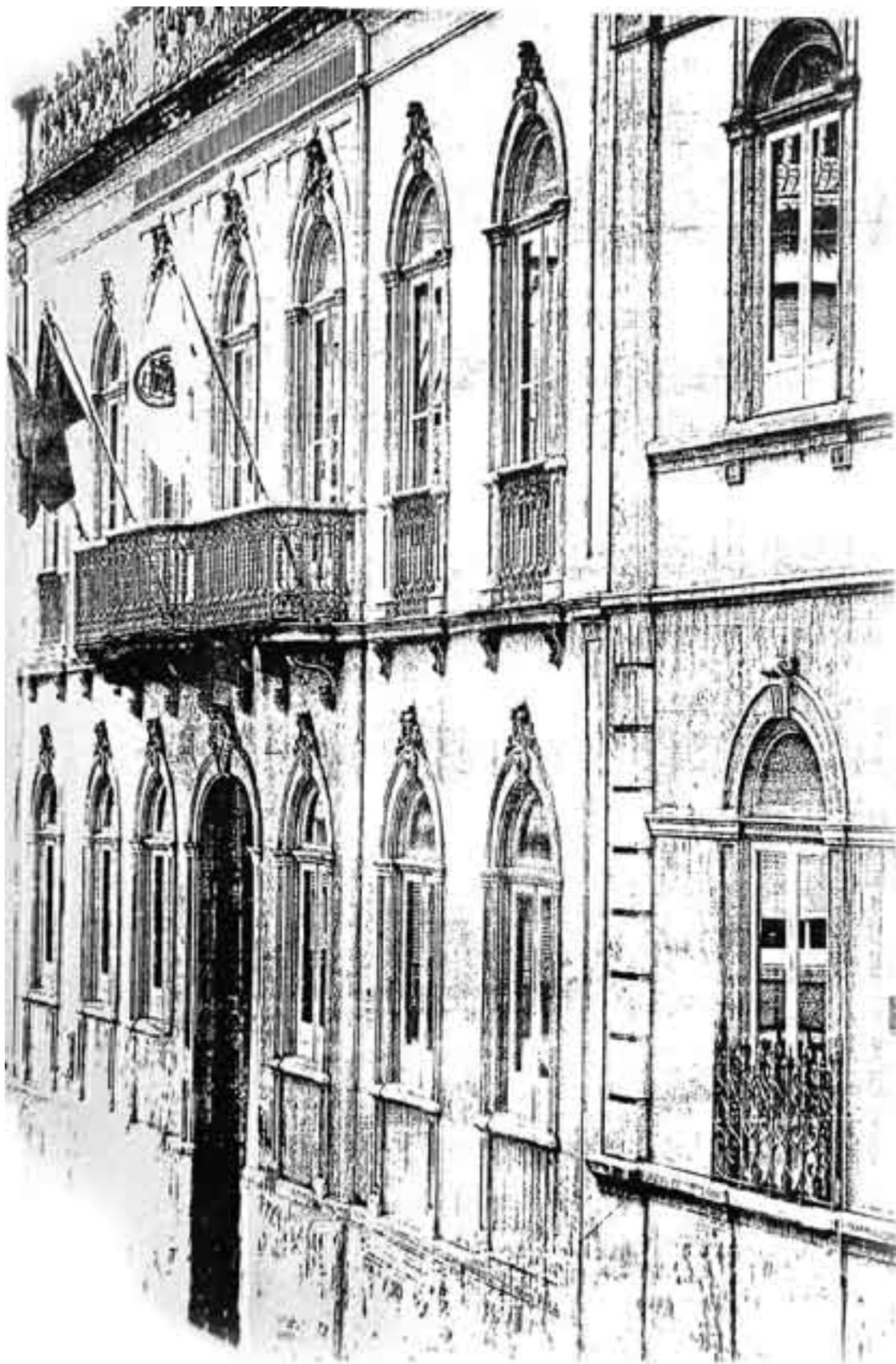




RELATÓRIO E CONTAS

ORDEM DOS REVISORES OFICIAIS DE CONTAS **2007**





Relatório e Contas 2007

• Mensagem do Bastonário	04
• Relatório do Conselho Directivo	05
Introdução	08
Evolução da actividade profissional	08
Actividades desenvolvidas	09
Recursos humanos	23
Análise económica e financeira	24
Perspectivas	29
Proposta de aplicação de resultados	29
Agradecimentos	30
• Contas do Exercício de 2007	31
• Relatório e Parecer do Conselho Fiscal	43
• Certificação das Contas	45

No ano de 2007 excederam-se largamente os objectivos constantes do Plano de Actividades, tendo-se realizado praticamente todas as acções propostas e beneficiado dos efeitos positivos do processo de racionalização iniciado em 2006.

Do ponto de vista da gestão interna da Ordem o ano de 2007 registou um assinalável sucesso. Em relação ao ano transacto, expurgados os efeitos do Congresso, os proveitos aumentaram (8,3%), os custos diminuíram (3,8%) e os resultados líquidos aumentaram (84,3%), atingindo os melhores níveis de sempre.

No plano das reformas legislativas decorrentes da transposição da Directiva N.º 2006/43/CE (8ª Directiva), os trabalhos foram concluídos por parte da Ordem, ainda em 2007, aguardando-se agora a finalização do processo legislativo. A adopção de outras importantes medidas legislativas aprovadas, ou concebidas em 2007 e a aguardar publicação, irão ter reflexos da maior relevância para a nossa actividade profissional.

Apraz-me registar que a reformulação das práticas profissionais e do quadro jurídico que regula a nossa profissão têm vindo a ser efectuadas com a estabilidade desejável e a segurança necessárias para garantir um processo evolutivo e gradual que nos permita acompanhar a evolução que a profissão tem vindo a registar ao nível da União Europeia.

Não seria justo concluir sem registar uma nota de apreço pela forma como têm decorrido as relações que a Ordem tem mantido com diferentes entidades institucionais de que se destaca o Ministério das Finanças e da Administração Pública, o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e o Ministério da Justiça.

Perspectivo 2008, como o ano da consolidação das importantes reformas introduzidas no quadro jurídico que regula a profissão. Encaro o futuro da profissão com optimismo e prometo continuar a trabalhar activamente para honrar o meu compromisso com os Revisores.



António Gonçalves Monteiro

Presidente

António Gonçalves Monteiro



Vice-Presidente

José Rodrigues de Jesus



Vogal

António Marques Dias



Vogal

Horácio Lisboa Afonso



Vogal

António Campos Pires Caiado



Vogal

José Azevedo Rodrigues



Vogal

Elisabete Maria Mendes Simões







RELATÓRIO E CONTAS
ORDEM DOS REVISORES OFICIAIS DE CONTAS **2007**

1. Introdução

Nos termos do que dispõe a alínea f) do nº 1 do artigo 30º do Decreto-Lei nº 487/99, de 16 de Novembro, vem o Conselho Directivo submeter à apreciação e deliberação da Assembleia Geral o Relatório e Contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2007.

Pretende-se com este documento fazer a síntese possível da actividade desenvolvida pela Instituição durante o ano de 2007, salientando-se os seus aspectos mais marcantes e identificando as perspectivas da sua evolução futura.

2. Evolução da actividade profissional

Em 31 de Dezembro de 2007, encontravam-se inscritos na respectiva lista 1.060 Revisores, dos quais 250 (23,6%), sem qualquer actividade.

A profissão registou em 2007 um acréscimo efectivo de 37 Revisores (3,6%), reflectindo o efeito conjugado da admissão de 46 novos membros, de 5 cancelamentos e de 4 falecimentos.

Dos Revisores inscritos, 471 exercem a sua actividade enquanto sócios das 156 Sociedades de Revisores.

Nos quadros seguintes apresenta-se uma síntese da situação, em confronto com o ano de 2006.

Revisores		
	2007	2006
Sem actividade	250	237
Suspensos	79	73
Não suspensos	171	164
Com actividade	810	786
A título individual	339	315
Como Sócios de SROC	471	471
TOTAL	1.060	1.023

Sociedades de Revisores		
	2007	2006
N.º de Sociedades	156	159

3. Actividades desenvolvidas

3.1 Órgãos Sociais

3.1.1 Assembleia Geral

No decorrer do ano de 2007, a Assembleia Geral da OROC reuniu para analisar, discutir e votar o Relatório e Contas referentes ao exercício de 2006, para discutir e votar o Plano de Actividades e Orçamento do exercício de 2008 e ainda para deliberar sobre a Proposta de alteração do Estatuto.

3.1.2 Conselho Superior

O Conselho Superior reuniu em 2007, para emitir parecer sobre:

- Proposta de Regulamento de Formação Profissional
- Proposta de alteração do Estatuto
- Plano de Actividades e Orçamento de 2008.

3.1.3 Bastonário

No decorrer do exercício de 2007, o Bastonário, para além de presidir ao Conselho Directivo, representou a OROC em várias instâncias e eventos nacionais e internacionais, dirigiu os respectivos serviços e a revista *Revisores & Auditores*, assim como a *Newsletter*, e exerceu as demais competências que a lei e os regulamentos lhe conferem.

3.1.4 Conselho Directivo

Durante o ano de 2007, o Conselho Directivo, com a actuação dos seus membros nos respectivos pelouros e através das deliberações tomadas nas suas reuniões, que geralmente ocorrem com periodicidade quinzenal, conduziu a actividade estatutária no âmbito das suas competências e dentro das linhas de orientação contidas no Plano de Actividades e Orçamento aprovados para este exercício.

3.1.5 Conselho Disciplinar

O movimento ocorrido nos processos disciplinares e nos processos de inquérito durante o ano de 2007, foi o seguinte:

Movimento de Processos Disciplinares

Transitados de 2006	3
Instaurados em 2007	26
Encerrados	12
Transitados para 2008	19

Decisões proferidas

Advertência	4
Advertência registada	1
Multa	4
Suspensão	1
Arquivamento	4

Processos de inquérito

Transitados de 2006	3
Instaurados em 2007	7
Convertidos em Processos Disciplinares	4
Encerrados	5
Transitados para 2008	1

3.1.6 Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal efectuou as reuniões previstas estatutariamente, tendo acompanhado as actividades da Ordem e desenvolvido os trabalhos de revisão das contas e as análises que entendeu adequadas para emitir o respectivo Parecer sobre o Relatório e as Contas.

3.2 Departamentos

3.2.1 Departamento Técnico

O Departamento Técnico, através de cada uma das suas Comissões Técnicas e respectivos Grupos de Trabalho, e na dependência do Conselho Directivo, continuou a estudar, analisar e a discutir assuntos de natureza técnica, tendo efectuado estudos, pareceres, informações e outros, por iniciativa própria ou por solicitação de terceiros.

Este Departamento continuou a abranger diversos sectores de actividade e de interesses que envolvem a actuação dos Revisores.

Foram emitidos vários pareceres e documentos de natureza equivalente, destinados a dar resposta às solicitações provenientes do exterior, provenientes de ROC ou de outras entidades, quer de carácter nacional, quer internacional.

Reportam-se de seguida, e em concreto, as actividades mais relevantes desenvolvidas no decurso do exercício.

Emissão de Directrizes de Revisão/Auditoria (DRA)

- DRA 545 - Auditoria das Mensurações e Divulgações ao Justo Valor;
- DRA 810 - Certificação de Créditos Incobráveis e de Dedução de IVA;
- DRA 930 - Programa de Cooperação e de Ajuda Pública ao Desenvolvimento (PRO-CAD).

Projectos de DRA em Curso

- Revisão da DRA 700 – Relatório de Revisão/Auditoria;
- DRA sobre a Verificação por parte do ROC de Relatórios de Sustentabilidade;
- DRA sobre a Revisão Legal das Contas nas Autarquias Locais.

Circulares de Natureza Técnica

- Minutas dos relatórios, a emitir pelo órgão de fiscalização e pelo Revisor Oficial de Contas, sobre Sistemas de Controlo Interno, em virtude das exigências estabelecidas pelo Aviso nº 3/06 do Banco de Portugal;
- Controlo do cumprimento do disposto no artº 275.º do Decreto-Lei n.º 59/99, de 2 de Março, por pedido, expresso, do Tribunal de Contas;
- Diferimento do Pagamento do IVA na Importação - Dedutibilidade/Reembolso, por pedido, expresso, da Direcção-Geral de IVA.

Newsletter da OROC

Continuação da emissão da *Newsletter*, fornecendo informações sócio-profissionais relevantes para a profissão, a qual inclui, por norma, notícias e/ou informações com as seguintes origens:

- Contabilidade (CNC, IASB e UE);
- Auditoria (IFAC e UE);
- Pareceres da Assessoria Jurídica, contendo assuntos pertinentes/polémicos em discussão na ordem do dia;
- Formação Contínua, contendo as actividades planeadas relativas ao trimestre;
- Biblioteca, contendo as obras catalogadas, na base de dados da Biblioteca, ao longo do ano, normalmente por oferta de um, ou mais exemplares, dos respectivos autores.

Neste ano, destacamos ainda, a Edição n.º 2 da *Newsletter*, de Julho de 2007, a qual inclui um resumo sobre o novo sistema de normalização contabilística previsto para entrada em vigor, em Portugal, em 1 de Janeiro de 2008 (situação que não veio a concretizar-se) o qual, após um enquadramento sobre a estrutura do projecto e sobre a forma prevista da sua publicação (com vista a facilitar a actualização, regular, que se antevê vir a ser necessária), inclui as diferenças mais significativas entre:

- O Plano Oficial de Contabilidade (POC) e as Directrizes Contabilísticas (DC) e o Sistema de Normalização Contabilística (SNC);
- O SNC e as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como endossadas pela UE.

Manual do ROC em CD-ROM

Continuou a reforçar-se o conteúdo do Manual do ROC com informação relevante para a actividade dos Revisores. Neste sentido, houve a preocupação de manter actualizada a legislação mais significativa para todos os sectores de actividade com intervenção do Revisor, bem como a inserção

de material técnico com interesse para a profissão. Salienta-se, durante este ano, a actualização exhaustiva relativa às seguintes situações:

- Orientações emitidas pelo IAASB da IFAC, reemitidas ou reescritas, de acordo com as novas convenções de escrita decorrentes do projecto de clareza em curso por parte deste Organismo;
- Normas de Contabilidade do Sector Público da IPSASB; e
- Inclusão do novo projecto de Sistema de Normativo Contabilístico da Comissão de Normalização Contabilística (CNC) previsto para entrar em vigor em 2008.

De acordo com o planeado, foram editados 4 CD-ROM durante o ano de 2007 (Versões 29 a 32).

Site da OROC

Actualização regular do site da OROC com notícias/destaques mais significativos, para a profissão, incluindo informação, de carácter relevante aplicável, entre outras situações:

- À contabilidade e à auditoria, das empresas em geral;
- À auditoria de pequenas e médias empresas; e
- À evolução que estas matérias tiveram, ao nível da Comissão Europeia, ao longo de todo o ano.

Destaca-se também, durante o ano de 2007:

- A implementação da versão online do Manual do ROC, acessível aos Revisores, na área reservada do site, a qual contém toda a informação constante do CD-Rom e que inclui, ainda, a vantagem de ter a base de dados Codinfo actualizada diariamente;
- O teste, ao longo do ano, da versão online da base de dados da Biblioteca, que se espera que venha a ficar disponível durante o primeiro trimestre de 2008.

Coordenação do Comité de Revisão das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) da versão Inglesa para a versão Portuguesa

Durante o presente exercício, o International Accounting Standards Board (IASB) retomou o controlo sobre a tradução das IFRS publicadas no Jornal Oficial das Comunidades Europeias, tendo solicitado a Portugal que voltasse, também, a participar no processo através do Comité de Revisão, em que a OROC é o Coordenador, o qual, tal como exigido, anteriormente, pelo IASB, inclui, além da OROC, representantes das seguintes entidades:

1. Banco de Portugal;
2. Comissão do Mercado de Valores Mobiliários;
3. Instituto de Seguros de Portugal;
4. Comité de Regulamentação Contabilística da UE;
5. Comissão de Normalização Contabilística;
6. Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas;
7. Deloitte;
8. Ernst & Young;
9. KPMG; e
10. PriceWaterhouseCoopers.

Na sequência desta reactivação, a OROC voltou a ter uma palavra a dizer na tradução das IFRS mediante a coordenação das seguintes actividades desenvolvidas por esse Comité:

- Revisão da tradução das IFRS, para endosso e publicação no Jornal Oficial das Comunidades Europeias [em 2007, englobou a revisão da IAS 23, da IFRIC 13, da IFRIC 14 e, ainda em curso, da IAS 1 (revista)];
- Participação no projecto de elaboração, para publicação, durante o primeiro trimestre de 2008, de um consolidado contendo todas as IFRS já endossadas e publicadas na União Europeia até 31 de Dezembro de 2007 o qual inclui, entre outras tarefas, as seguintes:

- Revisão/acordo quanto à utilização para efeito da tradução oficial (da versão Inglesa para a versão Portuguesa), de um conjunto de expressões/palavras (os designados “key terms”) num número que, actualmente, é de cerca de 1550 termos;
- Revisão das normas cuja tradução, durante algum tempo, esteve a cargo, exclusivamente, dos serviços de tradução da União Europeia, de forma a garantir a coerência da tradução do documento, na sua globalidade;
- Publicação da tradução oficial (da versão Inglesa para a versão Portuguesa) do Bound Volume do Handbook do IASB. Esta publicação:
 - Obedece a requisitos próprios impostos pelo IASB, designadamente no que respeita a formato, “lay-out” e cores da capa do livro;
 - Inclui, para além das normas publicadas na União Europeia, os seguintes elementos técnicos que consideramos fundamentais (e para cuja inclusão, no livro, obtivemos o acordo do IASB):
 - Os Apêndices que embora anexos às IFRS, não fazem parte integrante delas (conforme indicado nas respectivas IFRS, e que, por essa razão, não foram publicados na União Europeia);
 - Guias de Implementação de todas as IFRS incluídas no livro;
 - Exemplos ilustrativos que não fazem parte integrante das normas e que, por essa razão, também não foram publicados na União Europeia;
- Início de contactos, junto do IASB, com o objectivo de parte dos custos com a tradução das Bases para Conclusões das IFRS (as quais também não são publicadas na União Europeia) poderem vir a ser comparticipados (ao invés de terem de ser suportados, integralmente, pela OROC), por forma a que as Bases para Conclusões possam vir a ser incluídas, numa edição futura, do Handbook – possivelmente a edição de 2009, ou, mais

provavelmente, apenas a edição de 2010, tendo em conta que o IASB também se encontra em negociações, com o Banco Mundial, sobre esta matéria.

- Tentativa, a pedido do IASB, de chegar a um entendimento, com o Brasil, sobre a publicação da tradução oficial do Handbook do IASB, numa versão que se denominaria “Versão Portuguesa Internacional”.

Esta versão, de acordo com o IASB, faria sentido, uma vez que não há nenhuma língua que tenha duas versões (ex: no caso do Inglês de Inglaterra e do Inglês dos EUA só existe um único livro; idem para o Espanhol de Espanha e o Espanhol da América Latina) e destinar-se-ia, numa primeira fase, a englobar apenas Portugal e Brasil, mas, no futuro, a ser alargado a Macau e a todos os restantes países africanos de língua oficial portuguesa, em especial Angola, Moçambique e Cabo Verde.

Todos os esforços desenvolvidos para provar que não seria compatível, com a estrutura e características próprias do Português de Portugal e do Português do Brasil (os quais são, em larga medida, bastante diferentes), a emissão de um único livro, com uma versão denominada “Português Internacional”, foram em vão, i.e., o IASB não conseguiu entender tal impossibilidade, pelo que, a OROC, em Portugal, e o Ibracom, no Brasil, encetaram um processo de tentativa de chegar a acordo sobre a emissão do Handbook nos termos pretendidos, o qual passou por diferentes etapas, ao longo de cerca de 7 meses, que incluíram testar, com a IAS 1 – Apresentação de Demonstrações Financeiras, os resultados a que se chegaria caso fosse emitida uma única versão em Português (devido ao facto de as normas serem alvo de publicação oficial na União Europeia, a estrutura do texto utilizada para o teste foi a de Português de Portugal, e as expressões/palavras consideradas como sendo o Português do Brasil, foram incluídas entre parêntesis).

As conclusões resultantes do processo, que culminou com o referido teste, vieram demonstrar, ao IASB, aquilo que, quer Portugal, quer o Brasil, sempre tinham alertado – a emissão do livro nos termos pretendidos não é aceitável, pelo que, nestas condições não foi dada luz verde, pelo IASB, para procedermos à emissão de dois livros com duas versões diferentes:

- Português de Portugal – a publicar pela OROC, tendo por base a publicação da União Europeia, complementada com os elementos de natureza prática, atrás referidos (que não foram publicados pela União Europeia);
- Português do Brasil – a publicar pelo Ibracom, tendo por base a versão Português de Portugal, mas em que as palavras/expressões que no Português do Brasil são diferentes das do Português de Portugal (cerca de, pelo menos, 180 conforme identificadas no decurso do processo que foi efectuado, pela OROC e pelo Ibracom conjuntamente) serão substituídas, no livro a publicar pelo Ibracom pela tradução do Português do Brasil.

Respostas a Questionários mais Relevantes

- Branqueamento de Capitais (Comissão Europeia e Polícia Judiciária);
- Formação Contínua (FEE);
- Definição de Rede (FEE);
- Implementação das Emendas à Quarta e Sétimas Directivas (FEE);
- Primeira Aplicação das IFRS (ICAEW);
- Corporate Governance (FEE);
- Gestão do Risco e Controlo Interno na UE (FEE);
- Implementação da Directiva da Transparência (FEE);
- Transferência de Papéis de Trabalho entre Países (ICAEW);

- Controlo de Qualidade e Supervisão Pública (FEE);
- Auditorias a Demonstrações Financeiras de Entidades Governamentais de Natureza Pública (FEE); e
- Implementação da Directiva da Modernização (FEE)

3.2.2 Departamento de Formação e Publicações

Formação Contínua

Apresentamos abaixo o resumo de alguns indicadores referentes à formação contínua no decurso dos exercícios de 2007 e 2006.

Acções de Formação

Ano	2007	2006
Cursos realizados	34	35
Horas de formação	306	315
Número de participantes	1465	1335

Os cursos realizados integram-se nas seguintes áreas temáticas:

Cursos

Área Temática	2007		2006	
	Nº cursos	Horas	Nº cursos	Horas
Auditoria	9	104	11	129
Contabilidade	13	133	12	117
Fiscalidade	7	41	6	34
Direito	2	14	6	35
Outros	3	14	0	0
Totais	34	306	35	315

Participaram nos cursos de formação acima referidos Revisores e seus colaboradores, membros estagiários, formandos do CPROC e quadros de empresas (os quais representam 4% do total de participantes).

Por insuficiência de inscrições foram cancelados 2 cursos no Porto e 1 curso em Lisboa, com uma carga horária total de 21 horas.

Dos questionários respondidos pelos formandos no final dos cursos de formação foram recolhidos os seguintes resultados:

Indicador	Avaliação		
	Muito Bom e Bom	Razoável	Fraco
Formadores	91%	7%	2%
Conteúdo do Curso	88%	10%	2%
Utilidade Profissional	91%	7%	2%
Secretariado e Instalações	72%	23%	5%

Curso de Preparação para Revisores Oficiais de Contas (CPROC)

Deu-se continuidade ao 7º CPROC, iniciado em 2006, tendo sido leccionados os três últimos grupos de módulos. Iniciou-se o 8º CPROC, com o primeiro grupo de módulos. Estes cursos decorreram em Lisboa e no Porto, com uma carga horária de 136 horas cada.

Assim, durante o exercício de 2007, foram leccionados 8 grupos de módulos, em Lisboa e Porto, perfazendo um total de 1.088 horas.

O quadro abaixo sintetiza a actividade ocorrida no âmbito do CPROC em 2007:

Cursos de preparação	Nº Formandos	Nº Horas	Período
Curso 2007			
2º grupo	80	272	Janeiro a Março
3º grupo	77	272	Abril a Junho
4º grupo	75	272	Setembro a Novembro
Curso 2008			
1º grupo	81	272	Outubro a Dezembro
Total	313	1.088	

A Comissão Técnica de Formação deu continuidade à promoção de formação contínua e preparou o Regulamento de Formação Profissional dos Revisores Oficiais de Contas.

Biblioteca

Houve um reforço na aquisição de obras, de acordo com as solicitações dos Coordenadores dos módulos do CPROC, assim como dos Departamentos Jurídico e Técnico.

Revista

Foi regularmente publicada a revista “Revisores & Auditores”, a qual tem vindo a ser objecto de reformulação no sentido de a tornar mais moderna e atractiva quanto à sua imagem e conteúdos.

3.2.3 Departamento de Qualificação e Actividade Profissional

O Departamento de Qualificação e Actividade, desempenhou as suas atribuições focado na prestação de um serviço com elevado profissionalismo aos membros inscritos e às entidades que se relacionem com a Ordem, procurando a melhoria contínua da sua qualidade.

3.2.3.1 Comissão de Inscrição

A Comissão de Inscrição desempenhou as suas atribuições relacionadas com os processos de registo dos ROC a título individual e das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas.

Realizou 14 reuniões plenárias, tendo respondido com celeridade aos pedidos formulados pelos membros da OROC, nunca descuidando o rigor e a legalidade das suas decisões.

Promoveu também a publicação da Lista dos Revisores Oficiais de Contas e as suas actualizações.

Coordenou as actividades relacionadas com o Júri de Exame, nomeadamente, as propostas de composição, datas do Exame e requerimentos que lhe foram formulados. Participou, através do seu Presidente, nos trabalhos do Júri para apreciação e selecção das candidaturas ao CPROC, com base em critérios aprovados pelo Conselho Directivo.

Foram mantidos os esforços de informatização dos serviços da Comissão de Inscrição e do Júri de Exame, tarefa iniciada no ano de 2005 e que

procura integrar as informações relacionadas com os processos de inscrição e de exame.

Participou no processo de actualização do regime jurídico dos Revisores Oficiais de Contas, tendo proposto as alterações necessárias com vista à sua adequação ao exercício da profissão a às exigências do novo enquadramento europeu, quer ao nível do ensino superior, quer da 8ª Directiva do Conselho.

Emitiu as declarações ou outros documentos, no âmbito das suas competências.

3.2.3.2 Júri de Exame

Realizaram-se as 4 provas escritas do Exame para ROC 2007 e provas orais para os candidatos que obtiveram aprovação nas 4 provas escritas, quer do ano de 2007, quer de anos anteriores e de acordo com as respectivas datas de finalização, tal como o programado. Apresenta-se no quadro seguinte os resultados do mesmo.

	1ª Prova	2ª Prova	3ª Prova	4ª Prova
Inscrições	195	218	262	200
Lisboa	118	124	151	113
Porto	77	94	111	87
Presenças	165	188	227	178
Lisboa	98	103	129	105
Porto	67	85	98	73
Faltas	29	30	22	22
Lisboa	19	21	14	8
Porto	10	9	8	14
Desistências	1	0	13	0
Lisboa	1	0	8	0
Porto	0	0	5	0
Aprovações	134	77	62	99
Lisboa	78	48	39	61
Porto	56	29	23	38
Reprovações	30	111	152	79
Lisboa	19	55	82	44
Porto	11	56	70	35
% de aprovados (em relação às presenças)	81,2%	41,0%	27,3%	55,6%
Lisboa	79,6%	46,6%	30,2%	58,1%
Porto	83,6%	34,1%	23,5%	52,1%

Foram realizados dois sorteios dos temas das provas orais (26 Março e 6 Novembro de 2007), tendo sido sorteados 91 candidatos. Todos estes candidatos realizaram as suas provas orais, tendo obtido aprovação 71 e reprovado os restantes 20.

O Júri de exame foi constituído por membros independentes dos formadores do curso de preparação para Revisor Oficial de Contas, tendo mantido total independência na avaliação dos co-

nhecimentos dos participantes, mas interdependência nas matérias sujeitas a avaliação, pelo que para elaboração dos enunciados das provas escritas foram realizadas reuniões conjuntas entre os membros do júri e os coordenadores das matérias do curso.

3.2.3.3 Comissão de Estágio

No ano de 2007, a Comissão de Estágio realizou diversas reuniões, nas quais foram tomadas deliberações relativas aos vários processos. No traba-

lho desenvolvido, que foi praticamente absorvido pela gestão do actual regime de estágio, procurou-se ainda dar continuidade às tarefas inerentes ao acompanhamento dos estágios ao abrigo do anterior Regulamento.

Estágios ao abrigo do actual Regulamento

A evolução do número de membros estagiários, ao abrigo do actual regime de estágio, processou-se de acordo com o indicado no quadro abaixo:

Indicador	2007	2006
Estágios em 1 de Janeiro	140	119
Estágios iniciados	59	55
Estágios concluídos com aprovação	30	32
Exclusões de Estágio	1	1
Desistências de Estágio	0	1
Estágios em 31 de Dezembro	168	140

Durante o ano foram realizadas, através dos respectivos júris constituídos para o efeito, 123 provas de avaliação de estagiários.

Em simultâneo, realizaram-se 127 reuniões de coordenadores de estágio com membros estagiários e patronos, no âmbito do acompanhamento à apreciação semestral dos respectivos estágios.

A par do acompanhamento e avaliação, deu-se continuidade à estratégia de integração dos

membros estagiários na OROC, através da sua inserção nos procedimentos de divulgação e distribuição de circulares, normas, publicações e manual do ROC.

Estágios ao abrigo do anterior Regulamento

Em relação aos estágios ainda a decorrer ao abrigo do regime anterior, registou-se a seguinte evolução:

Indicador	2007	2006
Estágios em 1 Janeiro	2	4
Estágios concluídos com aprovação	1	2
Exclusões de estágio	1	0
Estágios em 31 Dezembro	0	2

De registar, pela evolução apresentada, que os estágios ao abrigo do anterior regime terminaram em 2007.

Foram realizadas quatro épocas de provas, em Fevereiro, Abril, Setembro e Novembro, com a realização de 5 provas escritas sobre diversas matérias de exame.

3.2.3.4 Actividade Profissional

As acções desenvolvidas nesta área compreendem, fundamentalmente:

Acompanhamento das práticas profissionais das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas e de entidades directa ou indirectamente relacionadas, em ordem a diagnosticar eventuais incompatibilidades, práticas de concorrência desleal ou problemas de transparência.

Promoção da designação oficiosa de Revisores Oficiais de Contas ou Sociedades de Revisores Oficiais de Contas para sociedades por quotas obrigadas à designação de ROC, bem como para actos que lhe foram solicitados por entidades externas, em particular do foro jurídico, num total de 93 designações.

Actuação de forma sistemática junto de todas as entidades que, de forma ilícita, prestam serviços que constituem competência exclusiva dos ROC.

Actualização continuada dos elementos dos ROC e SROC, em termos de exercício da sua actividade profissional, procurando garantir informação atempada e fiável, através da actualização da base de dados (GesOroc) quanto a empresas, ROC e SROC.

Aprofundamento de uma maior integração entre os processos de inscrição e de acompanhamento de actividade, iniciada no ano de 2006, em particular das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas, nomeadamente pelas responsabilidades acrescidas para a Ordem decorrentes da adopção das modificações que resultam da entrada em vigor do Decreto-Lei nº 76-A/2006, de 29/03.

Emissão de 311 declarações, 400 ofícios, 30 projectos de fusão e 5 de cisão, no âmbito das suas competências.

3.2.4 Departamento de Controlo de Qualidade e Supervisão

Controlo de Qualidade

- A Comissão de Controlo de Qualidade produziu com data de 19 de Julho de 2007 o relatório da actividade desenvolvida e as conclusões extraídas das acções de controlo executadas no período compreendido entre 1 de Julho de 2006 e 30 de Junho de 2007.
- Sorteio Público
 - a) Na sequência do Sorteio Público realizado em 12 de Julho de 2006, foram efectuados no período atrás referido os controlos de qualidade a 105 entidades, envolvendo 60 Revisores individuais e 45 Sociedades de Revisores (incluindo as registadas na CMVM) envolvendo 208 dossiers, que apresentaram as seguintes conclusões:
 - a.i) Síntese das conclusões do controlo horizontal por categorias e por entidades:

	Auditores							
	Conjunto 2006		CMVM 2006		SROC 2006		ROC 2006	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Sem nada de especial a referir	63	60%	8	80%	16	46%	39	65 %
Com observações e recomendações de menor relevância	32	30%	2	20%	18	51%	12	20%
Com observações e recomendações de relevância	5	5%	-	-	1	3%	4	7%
Com resultados insatisfatórios	-	-	-	-	-	-	-	-
Anulados	5	5%	-	-	-	-	5	8%
Total de Entidades	105	100%	10	100%	35	100%	60	100%

a.ii) Síntese das conclusões do controlo vertical por categorias e dossiers:

	Auditores							
	Conjunto 2006		CMVM 2006		SROC 2006		ROC 2006	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Sem nada de especial a referir	74	36%	32	67%	32	32%	10	17 %
Com observações e recomendações de menor relevância	103	50%	16	33%	58	58%	29	48%
Com observações e recomendações de relevância	23	11%	-	-	10	10%	13	22%
Com resultados insatisfatórios	3	1%	-	-	-	-	3	5%
Anulados	5	2%	-	-	-	-	5	8%
Total de Dossiers	208	100%	48	100%	100	100%	60	100%

Relativamente aos 3 ROC cujo controlo de qualidade revelou resultados insatisfatórios, os respectivos processos foram, através do Conselho Directivo, enviados ao Conselho Disciplinar para procedimento sancionatório.

b) Na sequência do Sorteio Público realizado em 19 de Julho de 2007, estão em curso as acções de controlo de qualidade sobre a actividade de 50 Revisores individuais e 43 Sociedades de Revisores (incluindo as registadas na CMVM) envolvendo 189 dossiers, nos termos que a seguir se descrevem:

	Entidades seleccionadas	Número de Dossiers
Auditores Registados na CMVM	23	88
Sociedades de Revisores Oficiais de Contas	20	46
Revisores Individuais	50	50
Total	93	184

Os referidos controlos estão em fase de execução, devendo os resultados ser divulgados até ao final do primeiro semestre de 2008.

- Para além das acções de controlo de qualidade executadas no âmbito do Sorteio Público, foram ainda realizadas as seguintes:
 - Pareceres para registo de auditores na CMVM
Foi realizado 1 controlo de qualidade em relação a um pedido de registo de auditor

na CMVM, tendo sido emitido parecer favorável, homologado sem reservas pelo Conselho Directivo.

- Seguimento das conclusões com recomendações de relevância e/ou insatisfatórias
A Comissão manteve entrevistas com 23 Revisores, dos quais 10 são sócios de sociedades de revisores, que no controlo de qualidade relativo ao ano de 2006 tiveram conclusões insatisfatórias e/ou com observações e recomendações de relevância.

Esta acção enquadra-se no disposto na 8ª Directiva, dando a possibilidade aos revisores, nestas circunstâncias, de implementar as recomendações resultantes do controlo de qualidade, permitindo-lhes assim evitar a sujeição imediata a medidas ou penalidades disciplinares.

Da análise dos relatórios escritos obtidos de 26 revisores que no controlo de qualidade relativo ao ano de 2005 tiveram conclusões insatisfatórias e/ou com observações e recomendações de relevância, resultaram: i) 8 sugestões ao Conselho Directivo para ordenar novo controlo de qualidade; ii) 18 aceitações das explicações apresentadas e encerramento dos processos. De referir que um dos revisores entrevistados no ano anterior não apresentou relatório escrito tendo suspenso voluntariamente a sua actividade de ROC.

- Intervenções pontuais e análise de Relatório e Contas

A Comissão procedeu através dos seus membros ou utilizando controladores/relatores aprovados, a intervenções pontuais de controlo de qualidade ordenados pelo Conselho Directivo e procedeu, embora não de forma sistemática, ao acompanhamento das publicações de relatórios e contas das empresas cotadas, que não foram objecto de controlo, no sentido de verificar, numa base selectiva, a conformidade entre as certificações legais de contas e os relatórios de auditoria publicados.

Supervisão

- Participação activa em todas as reuniões do Grupo de Trabalho de Transposição da Directiva de Auditoria (GTTDA) criado pelo despacho nº 4217/2006 – IIª série, de 25 de Janeiro.
- Participação activa em reuniões com a FEE; Grupos de Trabalho e outras entidades e preparação de propostas visando assegurar a adopção das melhores práticas em vários assuntos, designadamente, supervisão pública

da profissão; limitação da responsabilidade profissional; regras de independência e governo das sociedades.

3.2.5 Departamento Administrativo e Financeiro

Depois das profundas alterações introduzidas em 2006 no processo de gestão global da OROC, com repercussões significativas em diversos domínios do Departamento Administrativo e Financeiro, o ano de 2007 veio já evidenciar a justeza e alguma consolidação das medidas tomadas.

De um modo geral, foi possível continuar a contar com a colaboração empenhada dos Colaboradores da Ordem neste processo, embora exista um longo caminho a percorrer no ajustamento de aspectos culturais e comportamentais no seio da OROC.

Estamos conscientes de que há ainda muito a fazer para atingir o nível pretendido na satisfação das expectativas internas e externas, pelo que continuamos a trabalhar nesse sentido.

3.2.6 Gabinete de Apoio ao Revisor

No ano de 2007 o Gabinete de Apoio ao Revisor realizou 7 reuniões formais e teve diversos contactos, formais e informais, com Colegas no sentido de os ajudar a resolver as questões que, no âmbito das respectivas atribuições, lhes foram colocadas pelos Colegas.

3.2.7 Comissão de Ética e Deontologia Profissional

A Comissão de Ética e Deontologia Profissional continuou a realizar estudos referentes às matérias preparatórias da reformulação do Código de Ética, tendo em atenção as disposições da 8ª Directiva, as normas do IFAC, os trabalhos efectuados pelo Conselho Directivo e as deliberações da Assembleia Geral sobre a transposição daquela Directiva.

3.3 Secção Regional do Norte

No ano de 2007, o funcionamento da Secção Regional do Norte decorreu dentro de uma linha de continuidade relativamente ao ano anterior, conforme o plano de actividades aprovado.

A SRN, além de assegurar a função de representação no Norte do País, constituiu um espaço de apoio administrativo dos Colegas e de Reuniões de Trabalho de Comissões Técnicas e outros grupos e também o local próprio da Formação Contínua dos Revisores (realizaram-se durante este ano 16 cursos) e do Curso de Preparação para ROC (CPROC).

O funcionamento dos serviços foi alterado no exercício, com a saída de uma das duas funcionárias, que a Direcção decidiu não substituir, dando cumprimento ao objectivo de redução de custos, sem prejuízo da qualidade dos serviços prestados.

Foi também melhorado o conteúdo da Biblioteca a disponibilizar aos colegas, com 16 novas publicações, das quais 12 foram adquiridas sob sugestão dos formadores dos cursos do CPROC, tendo as restantes 4 resultado de ofertas.

Apresentamos seguidamente os principais eventos ocorridos no ano de 2007.

Nos dias 22 de Maio e 15 de Novembro realizaram-se na Fundação Cupertino Miranda e nas instalações da ANIVEC, respectivamente, dois encontros do Conselho Directivo, representado pelo Bastonário e pelo Vice-Presidente, com um número significativo de colegas, em que se debateram temas da maior importância para a profissão, nomeadamente as alterações ao estatuto profissional e o projecto de diploma relativo à criação do Conselho Nacional de Supervisão de Auditoria.

No dia 18 de Junho, sob a designação de “Encontros na Ordem”, realizou-se uma apresentação subordinada ao tema “Reforma do Direito das So-

iedades – Simplificação e Desformalização dos Actos das Sociedades Comerciais”, a qual contou com uma forte adesão por parte dos Colegas e foi apresentada pelo Senhor Dr. Luis Góis, do Ministério da Justiça, e pelo Senhor Dr. Gonçalo Fleming, da Sociedade de Advogados Morais Leitão, Galvão Teles, Soares da Silva & Associados.

Finalmente, em 12 de Dezembro de 2007, realizou-se o tradicional encontro de Natal com a presença do Bastonário e de outros membros dos órgãos sociais. A confraternização foi precedida de mais um “Encontro na Ordem” subordinado ao tema “Fraude Fiscal”. O tema foi apresentado pelo Senhor Dr. Miguel Silva Pinto, Assessor do Senhor Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, que chamou a atenção dos presentes para alguns mecanismos e processos adoptados na concepção e concretização de Fraudes Fiscais.

3.4 Outras actividades desenvolvidas

3.4.1 Relações Institucionais

Durante o ano, o Conselho Directivo efectuou diversas diligências e manteve contactos com diversas entidades mais ligadas ou conexas com a profissão, nomeadamente o Ministério das Finanças e da Administração Pública, a Assembleia da República, o Ministério da Administração Interna, o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, o Ministério da Justiça, o Banco de Portugal, a CMVM, o Instituto de Seguros de Portugal, o Gabinete do POE, a Direcção-Geral dos Impostos, a Comissão de Normalização Contabilística e o Conselho Nacional das Ordens Profissionais.

De entre as entidades contactadas e os assuntos tratados, destaca-se:

- O Ministério das Finanças e da Administração Pública, para:
 - a) acompanhamento dos assuntos relacionados com a profissão, designadamente a revisão da 8ª Directiva e a transposição para o direito interno;

b) análise do projecto do decreto-lei que consagra um conjunto de medidas com vista a reforçar o combate à fraude e à evasão fiscal;

- O Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, no âmbito da cooperação estabelecida tendo em vista a divulgação do 8º Programa-Quadro, no que se refere a matérias de investigação e desenvolvimento.

Organização com o GRICES – Gabinete de Relações Internacionais do Ministério da Ciência e do Ensino superior, em colaboração com a Comissão Europeia, o Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP), o Conselho de Laboratórios Associados (CLA) de duas sessões, uma em Lisboa e outra no Porto sobre os Modelos de Financiamento no 7PQ e Estruturas de Custos das Instituições de Ensino Superior e de IDT;

Organização de acções de formação sobre o tema referido no ponto anterior para Universidades e Laboratórios do Estado, promovidas conjuntamente com o GRICES.

- A Assembleia da República, para análise do projecto da Lei Quadro das Associações Públicas Profissionais;
- O Ministério da Justiça, relativamente ao Programa Simplex e em particular às alterações ao Código das Sociedades Comerciais e à criação da Informação Empresarial Simplificada (IES);
- A CMVM, para discussão da problemática associada à auditoria das contas das empresas cotadas e à criação do Conselho Nacional de Supervisão dos Auditores;
- A CNC, para esclarecimentos sobre questões de índole contabilística, designadamente no que se refere à criação do Sistema de Normalização Contabilística (SNC).

3.4.2 Relações Internacionais

A Ordem fez-se representar, pelo seu Bastonário, em diversos eventos internacionais e participou em Congressos, a convite de associações profissionais com quem mantém uma relação mais intensa, designadamente:

- Instituto de Censores de Cuentas, de Espanha;
- Ordre des Experts-Comptables, de França;
- Compagnie des Commissaires aux Comptes, de França;
- Koninklijk Nederlands Instituut van Registeraccountants (NIVRA), da Holanda;
- Institut der Wirtschaftsprüfer, da Alemanha;

Ao nível da União Europeia, a OROC fez-se representar em importantes eventos promovidos pela FEE:

- 3.º Congresso Europeu das SMP e SME que ocorreu em Haia, a 6 e 7 de Setembro, sobre o tema da *Transparência, Financiamento e Simplificação no Contexto Europeu*;
- Reunião dos Presidentes dos Institutos e Associações Profissionais que integram a FEE, que ocorreu a 8 de Novembro, em Berlim;
- Conferência, de alto nível, sobre Regulação e Auditoria, que ocorreu, a 27 de Novembro, em Bruxelas e que contou com a participação do Comissário Europeu Charles McCreevy e com o Presidente do PCAOB, dos EUA, Mark Olsen.

No que respeita a assuntos, mais específicos, de natureza técnica, a OROC fez-se representar nas seguintes reuniões:

- Conselho da FEE – em Bruxelas, em Março, Outubro e Dezembro;
- Standard Setters – em Bruxelas, em Março e Novembro;
- Public Sector Committee da FEE - em Bruxelas, em Março e Coimbra, em Junho;
- Working Parties (WP) da FEE:

- *Sustainability WP* – em Bruxelas, em Março;
- *Direct/Indirect Tax WP* - em Bruxelas, em Maio;
- *Small and Medium Sized Enterprises WP* – em Bruxelas, em Abril e Amesterdão em Setembro.

3.4.3 Meios de Comunicação da Ordem

Foi regularmente publicada a revista *Revisores & Auditores* e foi, também, editada a *Newsletter*, contendo informação diversa, com base em critérios de relevante interesse sócio- profissional e oportunidade.

3.4.4 Eventos

3.4.4.1 25 anos de Profissão

À semelhança de anos anteriores, em cerimónia que teve lugar em 19 de Julho, no Hotel Tivoli, e que contou com uma boa participação, foram agraciados 25 Revisores que completaram 25 anos de iniciação na profissão.

3.4.4.2 Prémio de Melhor Relatório Nacional de Sustentabilidade

Em Julho, teve também, lugar a entrega do Prémio de Melhor Relatório Nacional de Sustentabilidade 2005/2006 e que foi, novamente, atribuído à EDP, Electricidade de Portugal, SA.

3.4.4.3 Recepção aos Novos Revisores

Igualmente, no mês de Julho, teve lugar a cerimónia de recepção aos novos Colegas Revisores, tendo-se procedido à entrega das respectivas Cédulas Profissionais a 55 Colegas que completaram o estágio e concluíram com sucesso o ciclo de qualificação profissional.

3.4.4.4 Encontros na Ordem

Depois de institucionalizado este importante meio de comunicação entre os revisores, no ano de 2007 realizaram-se os seguintes Encontros, que tiveram a participação de significativo número de Colegas:

- Em Lisboa e no Porto - “Reforma do Direito das Sociedades – Simplificação e Desformalização dos Actos das Sociedades Comerciais”, com apresentação do Senhor Dr. Luis Góis, do Ministério da Justiça, e do Senhor Dr. Gonçalo Fleming, da Sociedade de Advogados Morais Leitão, Galvão Teles, Soares da Silva & Associados.
- No Porto - “Fraude Fiscal”, tendo o tema sido apresentado pelo Senhor Dr. Miguel Silva Pinto, Assessor do Senhor Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, que chamou a atenção dos presentes para alguns mecanismos e processos adoptados na concepção e concretização de fraudes fiscais.

4. Recursos humanos

Em 31 de Dezembro de 2007, a Ordem tinha uma estrutura administrativa constituída por 24 colaboradores permanentes e 2 assessores.

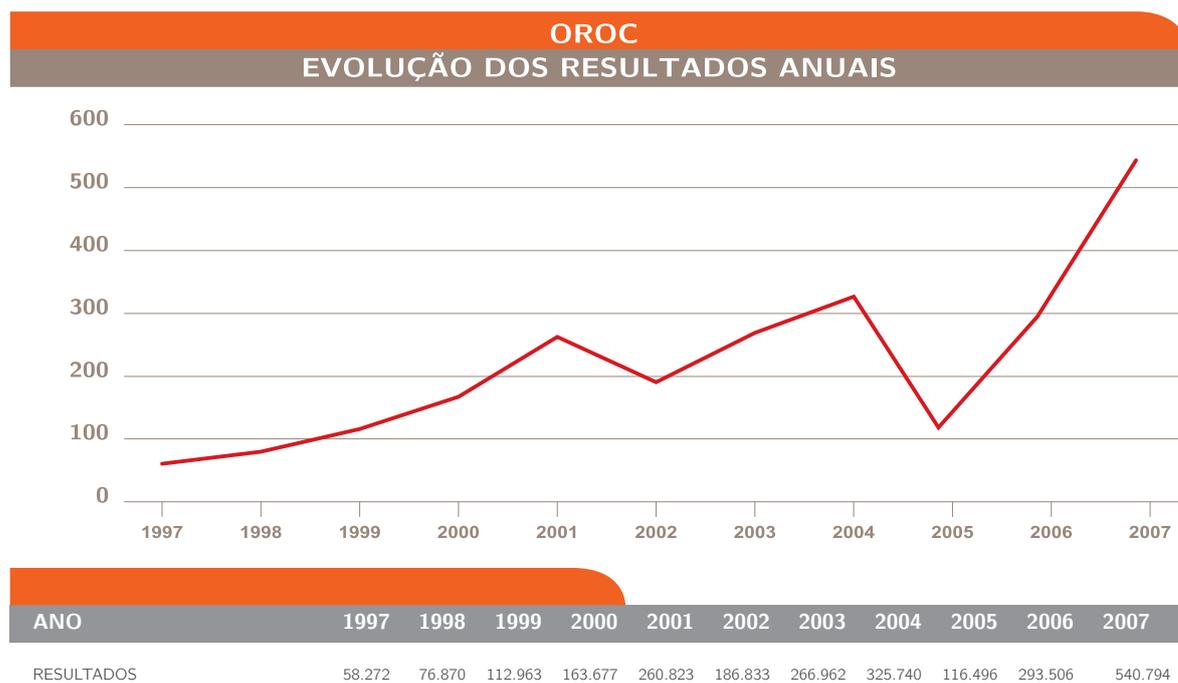
Adicionalmente, conta com um vasto leque de colaborações eventuais de Revisores e outros profissionais, especialmente nas Comissões Técnicas e Grupos de Trabalho.

5. Análise económica e financeira

5.1 Análise económica

A continuidade da política de controlo dos custos, associada a um crescimento moderado dos pro-

veitos, de que se destaca, em termos relativos, a evolução verificada no domínio da formação e do processo de estágio, permitiu que a OROC apurasse um resultado de 540.794 euros no exercício de 2007.



5.1.1 Proveitos e ganhos

ordem dos 8,3% face a 2006, como se evidencia no quadro seguinte:

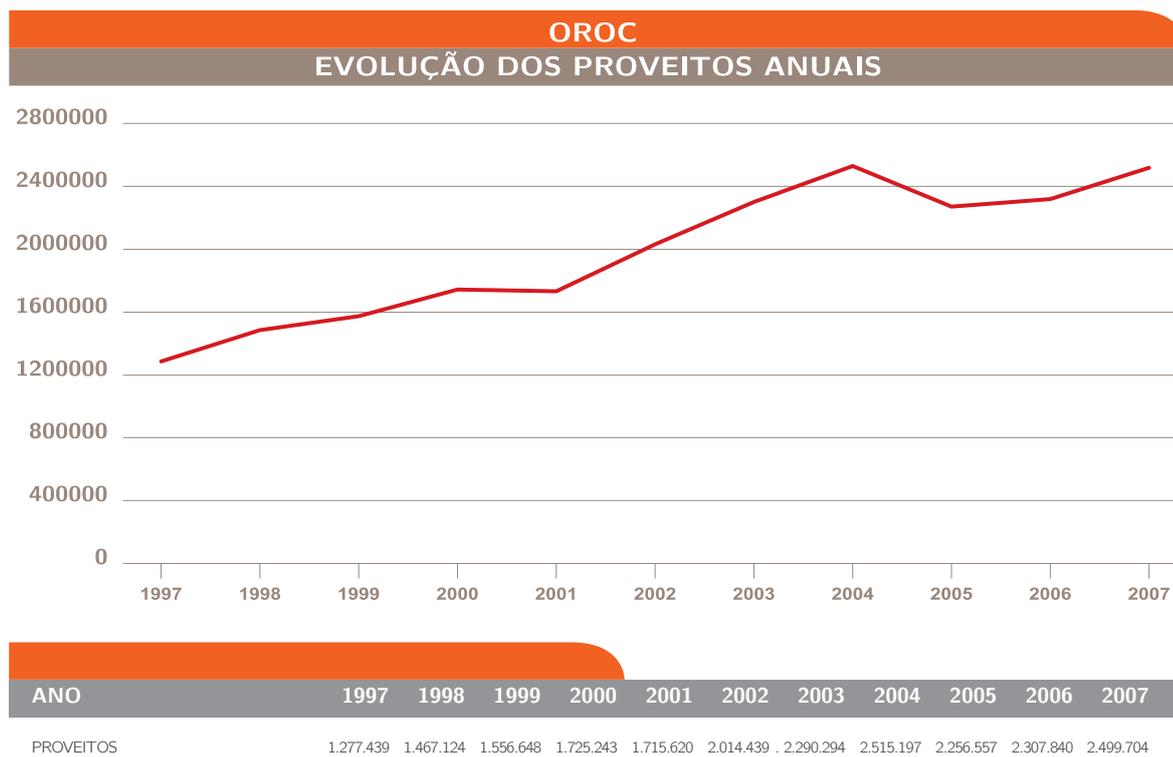
5.1.1.1 Evolução geral

Os proveitos da OROC ascenderam a 2.499.704 euros, registando um acréscimo global líquido na

	2007	2006 (Exclui IX Congresso)	Varição % 2007/2006
PROVEITOS			
Vendas	12.247		
Quotas	1.297.005	1.204.831	7,6
Emolumentos	309.051	323.044	-4,3
Propinas de cursos	740.418	650.258	13,9
Propinas de estágio	99.835	89.000	12,2
Outros proveitos	41.148	40.707	1,1
Total dos Proveitos	2.499.704	2.307.840	8,3

Individualmente, salientamos a quebra nos proveitos relacionados com Emolumentos, confirmando a tendência verificada nos últimos anos.

Excluindo os proveitos suplementares, financeiros e extraordinários, a actividade corrente da OROC gerou um total de 2.446.309 euros (2.267.133 em 2006), evidenciando assim um crescimento na ordem dos 8%.



5.1.1.2 Aspectos relevantes em proveitos

Quotas

Confirmou-se a tendência de crescimento registada no exercício de 2006, continuando o valor das quotas a representar um pouco mais de metade dos proveitos correntes gerados com a actividade da OROC.

Propinas de cursos

As propinas de cursos respeitam ao CPROC – 483.760 euros (445.200 em 2006), e à formação contínua – 256.658 euros (205.058 em 2006). Para além da evolução positiva registada no domínio da formação contínua, sublinha-se a retoma da tendência de crescimento do CPROC, depois da quebra verificada no ano anterior.

Propinas de estágio

Continuou a verificar-se o seu crescimento no exercício de 2007, explicado pelo aumento do número de estagiários no actual regime.

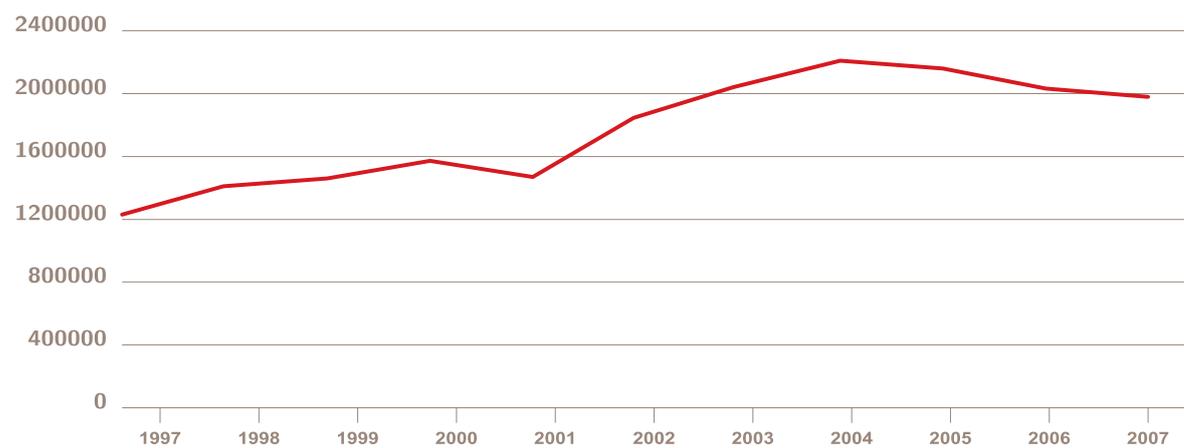
5.1.2 Custos e perdas

5.1.2.1 Evolução geral

Depois de uma redução dos custos da OROC na ordem dos 6% em 2006, foi possível conseguir um decréscimo adicional de 3,2% em 2007, sem entrar em linha de conta com o efeito da inflação, que tornaria estes indicadores ainda mais expressivos. A sua evolução sintetiza-se no quadro seguinte:

CUSTOS	2007	2006 (Exclui IX Congresso)	Varição % 2007/2006
Custo das publicações vendidas	4.083	-	
Fornecimentos e serviços externos	1.098.672	1.077.718	1,9
Impostos	17.136	5.445	214,7
Custos com o pessoal	506.343	590.409	-14,2
Outros custos operacionais	55.889	53.032	5,4
Amortizações do exercício	134.835	139.458	-3,3
Ajustamentos do exercício	11.495	5.413	112,4
Custos e perdas financeiros	-	-	
Custos e perdas extraordinários	130.455	142.859	-8,7
Total dos Custos	1.958.910	2.014.334	-3,2

OROC EVOLUÇÃO DOS CUSTOS ANUAIS



ANO	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
CUSTOS	1.219.166	1.390.254	1.443.686	1.561.566	1.454.799	1.827.606	2.023.332	2.189.457	2.140.061	2.014.334	1.958.910

5.1.2.2 Aspectos relevantes em custos

Comentam-se em seguida os aspectos mais significativos que influenciaram o comportamento dos custos.

Fornecimentos e serviços externos

Mantêm-se, naturalmente, como a rubrica de maior expressão na estrutura de custos da OROC,

apresentando uma ligeira quebra depois de ponderado o efeito da inflação. As “Deslocações e estadas”, os “Honorários” e os “Trabalhos especializados” representaram no seu conjunto cerca de 82% do valor total (78% em 2006), como abaixo se indica:

F.S.E. relevantes	2007	2006 (Exclui IX Congresso)	Variação	
			Valor	%
Deslocações e estadas	125.455	104.460	20.995	20,1
Honorários	662.678	623.913	38.765	6,2
Órgãos Sociais	76.055	69.960	6.095	8,7
Comissões	285.881	239.287	46.594	19,4
Júri de exame	44.082	49.417	-5.335	-10,7
Assessores	88.070	102.995	-14.925	-14,5
Formadores	168.590	162.254	6.336	3,9
Trabalhos especializados	111.354	112.732	-1.378	-1,2

Custos com o pessoal

O seu decréscimo reflecte o efeito líquido da redução de um colaborador no número médio anual e da ausência temporária de outros, associadas à actualização salarial efectuada no ano de 2007.

Impostos

O valor apresentado corresponde ao Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) da OROC.

Outros custos operacionais

Esta rubrica integra essencialmente as quotizações para entidades e instituições de que a OROC é membro, destacando-se a IFAC e a FEE.

Ajustamentos

O seu valor refere-se maioritariamente a quotas em atraso, cuja recuperação se considera como duvidosa.

Custos e perdas extraordinários

Esta rubrica inclui as contribuições realizadas em 2007 para o Fundo de Pensões, no montante de 121.500 euros.

5.2. Execução do orçamento corrente

5.2.1 Perspectiva global

O mapa seguinte sintetiza a execução do orçamento aprovado para 2007. No plano global, com

uma taxa de realização de 105,2% nos proveitos e de 92,8% nos custos, a execução do orçamento apresenta-se genericamente satisfatória, com o resultado a exceder mais uma vez as expectativas.

RUBRICAS	Realizado	Orçamento	Desvio	
	2007	2007	Real-Orçam.	%
PROVEITOS				
Vendas	12.247	-	12.247	
Quotas	1.297.005	1.215.000	82.005	6,7
Emolumentos	309.051	335.500	-26.449	-7,8
Propinas de cursos	740.418	693.000	47.418	6,8
Propinas de estágio	99.835	122.725	-22.890	-18,6
Proveitos suplementares	8.471	5.100	3.371	66,1
Proveitos finan. e extraord.	32.678	5.000	27.678	553,6
Total dos Proveitos	2.499.704	2.376.325	123.379	5,2
CUSTOS				
Custo publicações vendidas	4.083		4.083	
Fornecimentos e serviços externos	1.098.672	1.158.193	-59.521	-5,1
Impostos	17.136	-	17.136	
Custos com o pessoal	506.343	627.860	-121.517	-19,3
Outros custos operacionais	55.889	57.900	-2.011	-3,5
Amort. e Ajust. do exercício	146.330	145.868	-9.348	0,3
Custos e perdas financeiros	-	-	-	
Custos e perdas extraordinários	130.455	121.500	8.955	7,3
Total dos Custos	1.958.910	2.111.322	-162.223	-7,7
Resultado líquido	540.794	265.004	285.602	

5.2.2 Execução orçamental de proveitos

Na execução orçamental de proveitos em 2007, destaca-se:

- O desvio desfavorável de 7,8% nos emolumentos, rubrica com alguma aleatoriedade e que vem apresentando quebras sucessivas.
- O desvio desfavorável nas propinas de estágio (-18,6%), como resultado da não concretização integral dos pressupostos assumidos.
- Os proveitos financeiros obtidos, na ordem dos 26 mil euros, como resultado de uma gestão financeira rigorosa.

5.2.3 Execução orçamental de custos

Na execução orçamental de custos em 2007, destacam-se as reduções em fornecimentos e serviços externos e em custos com o pessoal, pelas razões já anteriormente referidas.

5.3 Análise financeira

O Balanço em 31 de Dezembro de 2007 evidencia um reforço da estrutura financeira da OROC, com a respectiva autonomia a atingir 87,8% (2006 – 86,4%). Para esta melhoria, contribuiu o reforço do Fundo Social, através do resultado de 540.794 euros no exercício.

A estrutura do Balanço reflecte também uma significativa solvabilidade global (Activo / Passivo) de 8,2 (7,4 em 2006) e um elevado rácio da estrutura de capitais (Capital próprio / Capital alheio) de 7,2 (6,4 em 2006).

No entanto, esta avaliação positiva não pode ser dissociada do contexto das fontes de financiamento da OROC, onde se continua a verificar uma dependência significativa do sistema de quotização variável em função da actividade dos seus membros, que representa mais de 50% dos proventos correntes.

Mantendo-se as actuais áreas de intervenção da OROC, a continuidade do incremento e diversificação das actividades de formação deverão merecer a maior atenção, com o objectivo de reduzir a dependência do actual sistema de quotização.

Paralelamente, a racionalização dos custos de estrutura e o aumento da produtividade dos meios disponíveis deverão continuar a constituir preocupações permanentes.

5.4 Execução do orçamento de investimentos

O orçamento de investimentos apresenta uma realização de 34.358 euros, para uma previsão de 100.000 euros. O desvio explica-se fundamentalmente por algumas dificuldades de concretização em projectos na área das TI, bem como por medidas de contenção relativamente a aquisições não essenciais.

6. Perspectivas

Para o corrente ano e o futuro próximo, sublinham-se como grandes tendências que deverão enquadrar o futuro da profissão e da OROC:

Na envolvente externa

- A criação de uma entidade de supervisão pública de profissão ao nível da União Europeia;
- As transformações decorrentes da adopção da estrutura de relato financeiro do IASB;
- As alterações nas normas internacionais de auditoria;
- As alterações do regime de responsabilidade dos auditores, no sentido da sua limitação.

Na envolvente interna

- A publicação do regime jurídico da profissão, para o adequar à 8ª Directiva;
- A criação do Conselho Nacional de Supervisão dos Auditores;
- A alteração do regime de responsabilidade civil profissional.

7. Proposta de aplicação dos resultados

Tendo em consideração que os resultados líquidos apurados no exercício constituem o melhor ano de sempre, na história da Ordem, o Conselho Directivo entende dever propor à Assembleia o reforço adicional do Fundo de Pensões com uma contribuição extraordinária no montante de 100.000 euros, para além da contribuição de 121.500 euros já efectuada em Dezembro de 2007. Assim:

Propõe-se que o resultado líquido do exercício de 2007, no valor de 540.794 euros, tenha a seguinte aplicação:

- Reforço do Fundo de Pensões: 100.000 euros
- Reforço do Fundo Social da OROC: 440.794 euros

8. Agradecimentos

O Conselho Directivo deseja agradecer aos Revisores em geral, aos membros dos demais Órgãos Sociais, das Comissões Técnicas, dos Grupos de Trabalho e ao Pessoal da Ordem, em particular, bem como a todas as entidades públicas e privadas, a colaboração que empenhadamente prestaram à OROC.

Lisboa, 21 de Fevereiro de 2007

O Conselho Directivo



António Gonçalves Monteiro



José Rodrigues de Jesus



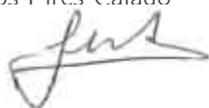
António Marques Dias



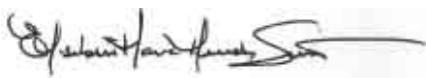
Horácio Lisboa Afonso



António Campos Pires Caiado



José Maria Monteiro de Azevedo Rodrigues



Elisabete Maria Mendes Simões



**CONTAS DO EXERCÍCIO
2007**

Balanço em 31 de Dezembro

Valores em Euros

Activo	Exercícios				Exercícios		
	AB	2007	AA	AL	AL	2007	2006
Imobilizado:					Fundo social e passivo		
Imobilizações incorpóreas					Fundo social:		
Prop. industrial e outros direitos	220 634	190 172	30 462	53 560	Resultados transitados	3 201 209	2 880 979
	220 634	190 172	30 462	53 560	Resultado líquido do exercício	540 794	320 228
					Total do fundo social	3 742 003	3 201 207
Imobilizações corpóreas:							
Terrenos e recursos naturais	584 225		584 225	584 224	Passivo:		
Edifícios e outras construções	2 675 612	504 749	2 170 864	2 224 376	Dívidas a terceiros-Médio e longo prazo		
Equipamento transporte	59 700	44 775	14 925	29 850	Dívidas a instituições de crédito		
Equipamento administrativo	622 956	521 145	101 811	105 459			
Outras imobilizações corpóreas	73 305	70 977	2 328	7 622	Dívidas a terceiros-Curto prazo:		
	4 015 798	1 141 646	2 874 152	2 951 531	Dívidas a instituições de crédito		
Circulante:					Fornecedores, c/c	1 942	1 887
Existências					Fornecedores de imobilizado c/c	342	73
Mercadorias	1 190	1 190	0	1 487	Estado e outros entes públicos	29 749	31 145
	1 190	1 190	0	1 487	Outros credores	33 983	36 074
Dívidas de terceiros - Curto prazo:						66 017	69 179
Quotas de revisores	57 599		57 599	44 636	Acréscimos e diferimentos:		
Quotas de cobrança duvidosa	11 615	11 615	0	0	Acréscimos de custos	261 461	204 793
Outros devedores	6 425		6 425	13 270	Proveitos diferidos	190 196	229 833
	75 639	11 615	64 024	57 906		451 657	434 626
Depósitos bancários e caixa:					Total do passivo	517 674	503 805
Depósitos bancários	1 244 387		1 244 387	577 690			
Caixa	2 000		2 000	2 000			
	1 246 387		1 246 387	579 690			
Acréscimos e diferimentos:							
Acréscimos de proveitos	24 482		24 482	41 775			
Custos diferidos	20 171		20 171	19 063			
	44 653		44 653	60 838			
Total de amortizações		1 331 818					
Total de ajustamentos		12 805					
Total do activo	5 604 301	1 344 623	4 259 677	3 705 012	Total do fundo social e do passivo	4 259 677	3 705 012

Demonstração dos resultados por naturezas

Valores em Euros

	Exercícios	
	2007	2006
Custos e perdas		
Custo das mercadorias vendidas		
Mercadorias	4 083	
Fornecimentos e serviços externos	1 098 672	1 252 356
Custos com o pessoal:		
Remunerações	421 208	478 891
Encargos sociais	<u>85 136</u>	<u>111 518</u>
Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo	134 835	139 458
Ajustamentos	<u>11 495</u>	<u>5 413</u>
Impostos	17 136	5 445
Outros custos e perdas operacionais	<u>55 889</u>	<u>53 032</u>
(A)	1 828 454	2 046 113
Juros e custos similares		
(C)	1 828 454	2 046 113
Custos e perdas extraordinários	<u>130 455</u>	<u>142 859</u>
(E)	1 958 910	2 188 972
Resultado líquido do exercício	<u>540 794</u>	<u>320 228</u>
	2 499 704	2 509 200
Proveitos e ganhos		
Vendas		
Mercadorias	12 247	
Prestações de serviços:		
Quotas emitidas	1 297 005	1 204 831
Emolumentos	309 051	323 044
Propinas de formação e estágio	<u>840 253</u>	<u>739 258</u>
Outros proveitos e ganhos operacionais	<u>8 471</u>	<u>213 288</u>
(B)	2 467 027	2 480 421
Outros juros e proveitos similares	<u>25 945</u>	<u>4 979</u>
(D)	2 492 971	2 485 400
Proveitos e ganhos extraordinários	<u>6 733</u>	<u>23 800</u>
(F)	2 499 704	2 509 200
Resultados operacionais: (B)-(A) =	638 573	434 308
Resultados financeiros: (D-B)-(C-A) =	25 945	4 979
Resultados correntes: (D)-(C) =	664 517	439 287
Resultado líquido do exercício: (F)-(E) =	540 794	320 228

Anexo ao Balanço e à Demonstração dos resultados

(Valores em Euros)

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com os princípios contabilísticos do POC, não tendo sido derogadas quaisquer das suas disposições.

3. Os critérios valorimétricos utilizados nas rubricas do balanço e da demonstração dos resultados, bem como os métodos de cálculo respeitantes aos ajustamentos de valor e amortizações foram os seguintes:

a) - Existências

Valorizadas ao custo de aquisição; nas saídas adoptou-se o critério do custo médio. Por se tratarem de produtos editoriais com uma antiguidade superior a 24 meses, foi considerado um ajustamento para a totalidade do valor das existências.

b) - Imobilizações corpóreas e incorpóreas:

O activo imobilizado encontra-se valorizado ao custo histórico de aquisição.

As amortizações são efectuadas pelo método das quotas constantes e utilizadas as taxas fixadas no Decreto – Regulamentar nº 2/90, de 12 de Janeiro.

c) - Acréscimos e diferimentos

A OROC reconhece os proveitos e os custos quando obtidos ou incorridos, independentemente do seu recebimento ou pagamento.

d) – Ajustamentos de dívidas a receber

Nos termos do artigo 67.º do regime jurídico, os membros da Ordem devem proceder ao pagamento das quotas nos períodos e formas previstas. Caso não o façam, encontram-se sujeitos à pena de multa nos termos do n.º 3 do artigo 81.º do referido regime.

Porque têm ocorrido reiteradas faltas de pagamento de quotas, o Conselho Directivo deliberou proceder ao ajustamento dos valores em atraso.

7. Pessoal

O número médio de pessoas ao serviço da OROC foi de 24.

10. A - Movimentos ocorridos no activo imobilizado

ACTIVO BRUTO

Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos	Alienações	Transf ² e Abates	Saldo Final
Imob. incorpóreas:					
Prop. indust. e out. direitos	217.957	2.677	0	0	220.634
	217.957	2.677	0	0	220.634
Imobilizações corpóreas:					
Terrenos e recur. naturais	584.226	0	0	0	584.226
Edifícios e out. construções	2.675.612	0	0	0	2.675.612
Equipamento transporte	59.700	0	0	0	59.700
Equip. administrativo	591.837	31.119	0	0	622.956
Out. imob. corp.- biblioteca	72.743	562	0	0	73.305
	3.984.118	31.681	0	0	4.015.799

AMORTIZAÇÕES E AJUSTAMENTOS

Rubricas	Saldo Inicial	Reforço	Regularizações	Saldo Final
Imob. incorpóreas:				
Prop. indust. e out. direitos	(164.397)	(25.775)	0	(190.172)
	(164.397)	(25.775)	0	(190.172)
Imobilizações Corpóreas:				
Edifícios e out. construções	(451.236)	(53.513)		(504.749)
Equipamento transporte	(29.850)	(14.925)		(44.775)
Equip. administrativo	(486.378)	(34.767)		(521.145)
Out. imob. corpóreas	(65.122)	(5.855)		(70.977)
	(1.032.586)	(109.060)	0	(1.141.646)

21. Movimentos ocorridos nas rubricas do activo circulante

AJUSTAMENTOS

Contas	Saldo inicial	Reforço	Reversão	Saldo final
Existências	5.413	50	4.273	1.190
Dívidas de terceiros	1.805	9.810	-	11.615

23. Dívidas de cobrança duvidosa
As dívidas de cobrança duvidosa de quotas ascendem a 11 615 euros.

cial nos termos da deliberação da Assembleia Geral, de 15 de Março de 2007.

34 – Fundo social

41 - Demonstração do custo das mercadorias vendidas

O excedente apurado no exercício de 2006, no montante de 320.230 euros, foi transferido para fundo so-

Movimentos (mercadorias)	2007	2006
Existências iniciais	6 900	5 413
Compras	-	5 579
Ofertas	7	4 092
Regularização de existências	1 620	-
Existências finais	1 190	6 900
Custos no exercício	4 083	

43. Remunerações dos membros dos Órgãos da OROC

	2007	2006
Assembleia Geral	615	1 089
Conselho Superior	2 768	3 809
Conselho Directivo	55 247	50 336
Conselho Disciplinar	15 375	12 791
Conselho Fiscal	2 050	1 936
Total	76 055	69 960

45 - Demonstração dos resultados financeiros

Custos e perdas	2007	2006	Proveitos e ganhos	2007	2006
681- Juros suportados	-	-	781- Juros obtidos	25 945	4 979
Resultados financeiros	25 945	4 979			
	25 945	4 979		25 945	4 979

46 - Demonstração dos resultados extraordinários

Custos e perdas	2007	2006	Proveitos e ganhos	2007	2006
697- Cor.rel.ex.anteriores	8 955	21 408	795- Multas	1 000	3 494
698- Out. não especificados	-	1 451	797- Cor.rel.ex.anteriores	5 733	8 943
699- Fundo de pensões	121 500	120 000	798- Outros	-	11 362
Resultados extraordinários	(123 722)	(119 060)	-		
	6 733	23 799		6 733	23 799

48 - Outras informações

48.1 - Outros devedores e credores (saldos em 31 de Dezembro)

RUBRICAS	2007	2006
1 – Activo		
Outros devedores:		
Seguros profissionais a receber	6 425	12 029
Outros	-	1 241
Total	6 425	13 270
2 – Passivo		
Outros credores:		
Órgãos Sociais, comissões, formadores e controladores	26 409	29 574
Seguros profissionais a liquidar	2 288	-
Comunicações a liquidar	2 700	3 597
Água e electricidade a liquidar	2 436	2 512
Outros	150	391
Total	33 983	36 074

48.2 - Acréscimos e diferimentos

Em 31 de Dezembro as rubricas da conta “27 – Acréscimos e diferimentos” tinham a seguinte composição:

RUBRICAS	2007	2006
1 – Activo		
Acréscimo de proveitos:		
Juros a receber	464	417
Formação contínua	700	965
Propinas de estágio	20 095	11 500
Livros NIC/IFRS	3 223	13 721
Patrocínios por receber	-	15 000
Outros	-	172
Total	24 482	41 775
Custos diferidos:		
Curso de Preparação para ROC	6 180	11 685
Outros	13 991	7 378
Total	20 171	19 063
2 – Passivo		
Acréscimo de custos:		
Férias, subsídio de férias e encargos com pessoal	61 325	69 817
Júri de exame	21 167	16 486
Curso de preparação para ROC (formadores)	11 858	10 687
Formação contínua (formadores)	1 694	1 220
Controlo de Qualidade	147 563	105 690
Revista “Revisores & Auditores”	3 457	-
Seguros de Viagem	1 384	893
IMI	11 499	-
Outros	1 513	-
Total	261 461	204 793
Proveitos diferidos:		
Formação contínua	-	7 383
Curso de preparação para ROC	135 450	159 650
Inscrição no exame	54 520	62 800
Outros	226	-
Total	190 196	229 833

48.3 – Movimento de quotas de Revisores

Quotas de Revisores	2007	2006
Início do exercício	46 441	20 679
Emitidas no exercício	1 297 005	1 204 832
Cobradas no exercício	(1 274 232)	(1 179 070)
Fim do exercício	69 214	46 441

48.4 – Demonstração dos resultados por naturezas – comparativos com a actividade corrente do exercício de 2006

	Exercício de 2007		Exercício de 2006 a)	
Custos e perdas				
Custo das mercadorias vendidas		4 083		
Fornecimentos e serviços externos		1 098 672		1 077 717
Custos com o pessoal:				
Remunerações	421 208		478 891	
Encargos sociais	<u>85 135</u>	506 343	<u>111 518</u>	590 409
Amortizações do imobiliz. corpóreo incorpóreo	134 835		139 459	
Ajustamentos	<u>11 945</u>	146 330	<u>5 413</u>	144 872
Impostos	17 136		5 445	
Outros custos e perdas operacionais	<u>55 889</u>	<u>73 025</u>	<u>53 032</u>	<u>58 477</u>
		1 828 454		1 871 475
Juros e custos similares				
		1 828 454		1 871 475
Custos e perdas extraordinários		130 455		142 859
		1 958 910		2 014 334
Resultado líquido do exercício		540 794		293 506
		<u>2 499 704</u>		<u>2 307 840</u>
Proveitos e ganhos				
Vendas				
Mercadorias			<u>12 247</u>	
Prestações de serviços:				
Quotas emitidas	1 297 005		1 204 831	
Emolumentos	309 051		323 044	
Propinas de formação e estágio	<u>840 253</u>	2 446 309	<u>739 258</u>	2 267 133
Outros proveitos e ganhos operacionais		<u>8 471</u>		<u>11 928</u>
		2 467 027		2 279 061
Outros juros e proveitos similares		25 945		4 979
		2 492 971		2 284 040
Proveitos e ganhos extraordinários		<u>6 733</u>		<u>23 800</u>
		<u>2 499 704</u>		<u>2 307 840</u>

Nota: a) Exclui IX Congresso

48.5 – Em 2007, foi instaurado um processo judicial por um ex-assessor da Ordem, invocando o direito a determinados benefícios referentes a 16 anos de colaboração, para os quais não se reconhece qualquer fundamento. Pelo facto de a Ordem ter expectativa de não vir a pagar quaisquer importâncias, não procedeu ao registo de provisão para este processo nas suas contas.

- **As notas não enunciadas não são aplicáveis.**

Demonstração dos fluxos de caixa

(Método Directo)

Valores em Euros

RUBRICAS	2007	2006
ACTIVIDADES OPERACIONAIS		
Recebimentos de quotas e emolumentos	2 404 786	2 258 555
Pagamentos a fornecedores	1 347 171	1 579 326
Pagamentos ao pessoal	500 774	588 032
Fluxo gerado pelas operações	556 840	91 197
Recebimentos de propinas		
Recebimentos de seguro de responsabilidade civil profissional	431 423	387 685
Outros recebimentos relativos à actividade operacional	301 078	479 951
Pagamento de seguro de responsabilidade civil profissional	423 579	393 428
Outros pagamentos relativos à actividade operacional	81 980	83 342
Fluxos gerados antes das rubricas extraordinárias	783 783	482 063
Recebimentos relacionados com rubricas extraordinárias	9 627	19 843
Pagamentos relacionados com rubricas extraordinárias	200	2 301
Pagamento Fundo de Pensões	121 500	120 000
Fluxos das actividades operacionais (1)	671 710	379 605
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Recebimentos provenientes de:		
Investimentos financeiros		
Imobilizações corpóreas		
Imobilizações incorpóreas		
Juros e proveitos similares	26 683	4 903
	26 683	4 903
Pagamentos respeitantes a:		
Investimentos financeiros		
Imobilizações corpóreas	30 681	36 123
Imobilizações incorpóreas	1 015	14 455
	31 696	50 578
Fluxos das actividades de investimento (2)	(5 013)	(45 675)
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Recebimentos provenientes de:		
Empréstimos obtidos		
Subsídios e doações		
	0	0
Pagamentos respeitantes a:		
Empréstimos obtidos		
Amortizações de contratos de locação financeira		
Juros e custos similares		
	0	0
Fluxos das actividades de financiamento (3)	0	0
Variações de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)	666 697	333 930
Efeito das diferenças de câmbio		
Caixa e seus equivalentes no início do período	579 690	245 760
Caixa e seus equivalentes no fim do período	1 246 387	579 690

Anexo à Demonstração dos Fluxos de Caixa

	Valores em Euros	
	2007	2006
Numerário	2 000	2 000
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	294 387	177 690
Equivalentes a caixa	-	-
Caixa e seus equivalentes	296 387	179 690
Depósitos a prazo	950 000	400 000
Disponibilidades do balanço	1 246 387	579 690

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

No cumprimento do regime jurídico dos revisores oficiais de contas, nomeadamente, no disposto na alínea c) do n.º 1 do art.º 36.º do Decreto Lei 487/99 de 16 de Novembro, o Conselho Fiscal apresenta o Relatório sobre a acção fiscalizadora e o Parecer sobre o Relatório e Contas do exercício de 2007, documentos que lhe foram apresentados pelo Conselho Directivo.

RELATÓRIO

O Conselho Fiscal realizou ao longo de 2007 diversas reuniões tendo a sua acção fiscalizadora incidido especialmente nas seguintes áreas:

- acompanhamento regular da gestão e funcionamento da Ordem, nomeadamente pela leitura e apreciação das actas do Conselho Directivo, contacto com os seus membros e reuniões com os serviços;
- apreciação do controlo orçamental;
- análise dos registos contabilísticos e dos respectivos documentos de suporte.

O Conselho Directivo e os Serviços, designadamente o responsável pela contabilidade, estiveram sempre disponíveis para fornecer os elementos e esclarecimentos solicitados.

O Conselho Fiscal entende que as contas reflectem o património da Ordem e o saldo do exercício apurado em 2007, estando em conformidade com os registos contabilísticos.

O Conselho Fiscal dá o seu acordo à Certificação das Contas emitida.

PARECER

Face ao exposto no Relatório, tendo em consideração a Certificação das Contas e não tendo tomado conhecimento de qualquer violação da lei e dos estatutos, o Conselho Fiscal é de Parecer que:

1. O Relatório e Contas, apresentado pelo Conselho Directivo, respeitante ao exercício de 2007, merecem aprovação;
2. A proposta de aplicação dos resultados, contida naquele Relatório, merece igualmente aprovação.

Lisboa, 25 de Fevereiro de 2008

O Conselho Fiscal

Presidente


Pedro João Reis Matos Silva

Vogal


Manuel Henriques Pinto

Vogal


Raul Alberto Serra Silva Fernandes

CERTIFICAÇÃO DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras da **Ordem dos Revisores Oficiais de Contas**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2007, (que evidencia um total de 4.259.677 euros e um total de fundo social de 3.742.003 euros, incluindo um resultado líquido de 540.794 euros), a Demonstração dos resultados por naturezas, mapas de execução orçamental e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho Directivo a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Ordem, o resultado das suas operações, a execução orçamental e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

